

Novas vozes, velhas polêmicas, ou velhas vozes e novas polêmicas ou não há nada de novo no front?

Eleonora Ziller Camenietzki¹

RESUMO: *Este trabalho pretende identificar os momentos mais significativos do debate acerca da representação dos pobres na literatura brasileira ocorrido durante a década de 1980, quando o conceito de populismo, difundido pela sociologia, passou a ser largamente utilizado pela crítica literária até se constituir numa espécie de “curinga explicativo” para todas as situações. A partir deste inventário buscaremos identificar o modo como esse debate permanece na cena contemporânea.*

Palavras-chave: literatura, populismo, política, sociedade

Ao analisar a trajetória política de Ferreira Gullar e como esta foi expressa em suas investigações sobre os alcances e os limites da linguagem poética (CAMENIETZKI, 2006) confrontei sua produção como poeta com sua formação como crítico de arte e com as formulações como crítico da cultura, principalmente a partir dos textos *Cultura posta em questão* e *Vanguarda e subdesenvolvimento*. A proposta inicial consistia em discutir a poesia engajada dos anos do Centro de Cultura Popular da UNE (CPC) e as intensas buscas realizadas em *Dentro da noite veloz* e *Poema sujo* à luz de novas leituras históricas, possibilitadas por recentes pesquisas a respeito do período pré-1964. O binômio nacionalismo-populismo, marco do debate político-cultural na década de 1980, largamente utilizado por vários críticos para definir essa produção cultural foi questionado como única chave interpretativa para o período. Marcado pelas tensões políticas geradas pelo processo de democratização do país, o debate acerca da obra de Ferreira Gullar precisaria necessariamente de ser revisto. Sua obra mais significativa, o *Poema sujo*, além do lugar comum da poesia de exílio, foi lido em suas articulações pluridiscursivas e intertextuais, buscando demonstrar que o poema transcende, em muito, o confinamento a um projeto nacional-popular a que parte da crítica o reduziu. Foram examinados, na sua produção poética posterior, os conflitos e impasses políticos após o fim do regime de exceção, principalmente em *Na vertigem do dia*, e como estes se expressam em sua poesia, assim como a sua própria identidade de “poeta político” é questionada em seus dois últimos livros, *Barulhos* e *Muita vozes*. A trajetória de Ferreira Gullar constitui-se, assim, como um ponto de referência para uma reflexão sobre os limites e possibilidades de intervenção dos intelectuais e escritores no processo social e na maneira como este problema se apresenta no século XXI.

Para dar continuidade a essa proposta, algumas possibilidades de estudos se apresentam. A primeira questão que me interessa diretamente é investigar até que ponto

¹ Professora do Departamento de Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
eleonoraziller@uol.com.br

percebe-se na poesia contemporânea brasileira a permanência do legado modernista de investigação crítica sobre a formação social brasileira. As indagações que persistem dizem respeito à vigência do legado modernista e do adensamento dessa experiência ao longo das décadas seguintes ao primeiro impulso renovador de 1922. Popularizada em saraus e encontros dominicais, a poesia contemporânea ainda é capaz de desafinar o coro dos contentes? Há uma expansão significativa de publicações, sites, blogs, encontros que confirmam uma certa revitalização da experiência poética entre jovens escritores. Mas, paradoxalmente, essa expansão corresponde também a uma experiência de declínio da capacidade de repercussão dessa mesma produção para além de seu seleto grupo de admiradores (mesmo que este hoje seja mais numeroso).

Na contramão dos debates contemporâneos, a política cultural dos CPCs, na década de 1960, previa uma ação cultural voltada para as ruas como atividade de “agitação e propaganda”, de divulgação de idéias e doutrinação político-ideológica. É preciso lembrar aqui que aqueles anos foram herdeiros do otimismo desenvolvimentista da era JK e da vitória da Revolução Cubana. Ferreira Gullar publicou nesse período dois poemas que são bastante representativos daquele estado de ânimo e pretendiam acentuar o discurso sobre a perversidade de uma sociedade dividida em classes e a necessidade de os pobres se organizarem e lutarem contra a opressão (“João Boa-Morte” e “Quem matou Aparecida?”). De uma forma geral, os críticos literários de hoje parecem ignorar as polêmicas que esse período suscitou. Talvez seja mais cômodo restringir a análise dos poemas a uma descrição sumária de procedimentos técnicos simplificados e à preocupação social do poeta com os menos favorecidos.

Uma observação superficial poderia indicar que esse tema está historicamente superado e que já dispomos de respostas suficientes sobre o problema a partir das questões tão bem apresentadas no ensaio “Traduzir-se (ensaio sobre a poesia de Ferreira Gullar)”² de João Luís Lafetá (1982) que aborda de forma mais direta as implicações e contradições do projeto estético e político de Ferreira Gullar.

Um indicativo de que há interesse pelo tema está no fato de que tanto os textos de Gullar que citei anteriormente, quanto o de Lafetá, foram reeditados em 2005. O trabalho de Lafetá originalmente integrou o seminário patrocinado pela FUNARTE, composto por diversos intelectuais denominado “O nacional e o popular na cultura brasileira”, e que gerou a publicação de uma coleção em seis volumes nos anos de 1982 e 1983, pela editora Brasiliense. Coordenado por Marilena Chauí, contou com a participação ainda de Ligia Chiappini de Moraes Leite, Carlos Zílio, José Miguel Wisnik, Jean-Claude Bernardet, Enio Squeff, José Arrabal, Maria Rita Galvão, Ricardo Miranda, Carlos Alberto M. Pereira e Mariângela Alves de Lima. O sentido geral que presidia o seminário era consolidar um campo de reflexão capaz de rever criticamente a experiência nacional-popular na cultura brasileira, hegemônica pelos comunistas até a década de 1960. Estado, nação e povo são conceitos postos em xeque e cujos fundamentos estão profundamente abalados na passagem da década de 1970 para 1980.

Saindo do campo restrito do debates sobre a leitura que Lafetá faz da poesia de Gullar, proponho discutir o seminário em seu conjunto e a repercussão que ele alcançou na crítica literária a partir da década de 1982. Como foi construída a aplicação do conceito “populismo” na literatura e nas artes em geral? A sua aceitação aparentemente consensual fez com que seu sentido fosse cada vez mais estendido, servindo como uma espécie de

“curinga explicativo” para qualquer discussão em que fosse posta em evidência e problematizada a representação das classes populares e seus conflitos por escritores e artistas em geral. O binômio nacionalismo-populismo, utilizado para caracterizar uma fase da vida política do país, da revolução de 1930 até o golpe de 1964 (quando teria entrado em colapso), tornou-se um instrumento tão eficiente que deixou o campo da Sociologia e migrou para outros espaços, convertendo-se em senso comum sobre o período.

O profundo (e gigantesco) fosso que existe entre os intelectuais (pensado aqui em sentido amplo) e as vastas camadas da população expropriadas de seu direito de acesso à cultura letrada não só não encontrou solução nos diversos surtos de modernização do país, como se aprofundou severamente na década de 1990. Em âmbito internacional, as formas mais tradicionais de luta política perderam espaço. O intelectual engajado, militante, dirigente, ficou soterrado sob os escombros do muro de Berlim. Beatriz Sarlo, em *Cenas da vida pós-moderna*, fez um apanhado bastante genérico, mas contundente, do papel, ou melhor, dos papéis contraditórios que os intelectuais desempenharam nesse jogo, ao longo dos últimos dois séculos. O cerne de sua crítica está nos modelos de militância política do “socialismo real” e, de um modo geral, do projeto de transformação radical da sociedade que defenderam os intelectuais em todos os quadrantes do planeta. As contradições e os desastres políticos em que estiveram envolvidos deixaria, segundo ela, qualquer pretensão dirigente dos intelectuais sob permanente suspeição. Para a autora, não há como recuperar os espaços legitimadores do passado, embora não se possa prescindir do que foi a grande contribuição desses intelectuais: “a crítica daquilo que existe, o espírito livre e anticonformista, o destemor perante os poderosos, o sentido de solidariedade com as vítimas” (SARLO, 2000, p.165). Postos em tensão permanente, nunca imune às contradições de seu tempo e às pressões políticas, a relação entre os intelectuais e o “povo” provocam acirrados debates.

Dentro de um amplo reordenamento de funções que as transformações das últimas décadas impuseram ao campo da cultura, a literatura vai ter que se deparar com novas vozes, novos modos de valoração artística e novos suportes (redes midiáticas e infovias). Entre uma quantidade significativa de transformações, algumas questões de fundo permanecem problematizadas, até porque não há em nosso horizonte histórico a perspectiva de superação das desigualdades geradas pelo atual modelo econômico.

As duas últimas décadas foram marcadas pelo surgimento de um número expressivo de autores que tem encontrado espaço tanto no mercado editorial quanto na crítica especializada e que dão forma literária ao mundo das classes baixas e ao cotidiano de violência das nossas cidades. O problema já não é o mesmo da década de 1960, em que os intelectuais lutavam para dar forma à voz das classes populares, através de uma perspectiva de construção de um caminho para a superação da desigualdade social via revolução brasileira. A mudança é significativa, pois emergem na cena literária as principais vítimas desta realidade, sendo elas as responsáveis pela elaboração de seus próprios narradores. O ponto de vista agora é o de quem vive a brutalidade da pobreza e, portanto, é parte do problema. A facilidade da representação por quem pretendia ser a solução há muito desapareceu. Só que a autoridade de quem é, em última instância, a grande vítima, ao contrário de resolver alguns aspectos da representação das classes populares na literatura, acentua limites e dá mais complexidade ao tema.

O impasse está fora do texto, e este não poderá ir muito além do que dar forma a esse impasse. Embora em outro patamar, a representação das classes populares continua como problema. Para alguns críticos, não há problema porque não há literatura. Ou seja,

essas experiências (por exemplo, *Cidade de Deus*, de Paulo Lins) estariam no campo documental, portanto sequer gozariam de um estatuto literário que as problematizassem. Para outras, a possibilidade de construção de novas subjetividades, o surgimento das vozes da periferia, o rompimento com o cânone tradicional beletista, seriam a própria solução: uma revolução por dentro do próprio cânone, em que os humilhados e ofendidos estariam subvertendo o discurso dominante que seria representado pela exigência da prevalência de valores estéticos.

Ainda que em patamares bastante diversos do da década de 1960, parece que a crítica literária continua a se debater entre uma recusa sistemática em admitir a entrada dos pobres na literatura pela porta da frente e uma celebração idealista dessa representação, destituída de uma crítica mais substantiva sobre a valoração desses trabalhos. Há um campo de debate que escapa desta polarização. Os trabalhos mais representativos encontram-se ancorados nas obras de Antonio Candido e Roberto Schwarz, onde estão superadas as perspectivas mais simplificadoras dessas questões e vemos um conjunto de análises que se inscrevem numa tradição de pensamento dialético, em que o processo de ficcionalização é estudado na sua complexa mediação em relação às contradições do processo social.

Entretanto, assim como o objeto de suas pesquisas, o trabalho desses críticos não existe acima das práticas sociais, ele também faz parte de um complexo feixe de relações. Ambos integram uma parte significativa da intelectualidade que, principalmente a partir da década de 1970, esteve fortemente envolvida com a criação de um “novo sujeito” político que estaria imune às velhas tradições da cultura brasileira, esta fortemente marcada pelos traços arcaicos da escravidão e da cultura ibérica. Esse “novo sujeito” seria não só uma nova possibilidade de representação dos subalternos, mas principalmente a constituição de uma classe operária autônoma. Este operariado formado a partir dos processos de imigração européia do início do século XX, traria em si a possibilidade de ruptura com os resquícios de uma cultura aventureira e escravocata. A renovação democrática que começava se impor na vida política brasileira em fins dos anos 70 impulsionava o projeto desses intelectuais que em poucos anos se tornou hegemônico em amplos setores da sociedade.

É neste período que as obras de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Otavio Ianni, entre outros, encontram vasta acolhida nas universidades brasileiras. É o que o professor Carlos Lessa chamará posteriormente de “redução paulistocêntrica”(2000) da interpretação do Brasil. A contribuição desses intelectuais na compreensão das peculiaridades da nossa formação social é tão significativa que muitas de suas categorias e conceitos naturalizaram-se e instalaram-se de tal forma no universo intelectual brasileiro que parecem ter existido desde sempre. Na tentativa de recuperar o caráter histórico do conceito de populismo, e por tanto nada neutro, o livro organizado por Jorge Ferreira, *O populismo e sua história* (2001) aponta no campo da política, da sociologia e da historiografia as principais coordenadas para o debate.

É no entrelaçamento entre a política, o pensamento acadêmico e a literatura que pretendo analisar e questionar a naturalização de alguns desses conceitos, entre eles, o conceito de populismo na literatura brasileira. Além da publicação dos *Seminários*, citado anteriormente, surge *Os pobres na literatura brasileira*, organizado por Roberto Schwarz (1983), um bom termômetro para aferir como o conceito de populismo ganha capilaridade no debate teórico-crítico da literatura brasileira. São as coordenadas desse debate desse período que irão determinar em grande parte a recepção das chamadas novas vozes da literatura brasileira a partir da década de 1990. Portanto, rever a recepção dessas obras

implica necessariamente em inventariar os termos em que a crítica literária tem debatido o tema nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMENIETZKI, Eleonora Ziller. **Poesia e política: a trajetória de Ferreira Gullar**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. Traduzir-se (ensaio sobre a poesia de Ferreira Gullar), In: _____,

ZILIO, Carlos e CHIAPPINI, Lígia M. L. **O nacional e o popular na cultura brasileira** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 271.

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2000.